

RELATÓRIO EXECUTIVO
2021 - 2022

**Departamento de Tecnologia
da Informação
e Comunicação**



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Cúpula Diretiva – Biênio 2021-2022

Presidente

Desembargador José Laurindo de Souza Netto

1º Vice-Presidente

Desembargador Luiz Osório Moraes Panza

2º Vice-Presidente

Desembargadora Joeci Machado Camargo

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Luiz Cezar Nicolau

Corregedor de Justiça

Desembargador Espedito Reis do Amaral

Juízes Auxiliares da Presidência

Juiz de Direito Anderson Ricardo Fogaça

Juíza de Direito Fabiane Pieruccini

Juiz de Direito Irajá Pigatto Ribeiro

Juiz de Direito Rafael Luís Brasileiro Kanayama

Secretária do Tribunal de Justiça

Mariana da Costa Turra Brandão

Subsecretária do Tribunal de Justiça

Janaína Guimarães Sá

Supervisor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Desembargador Marcelo Gobbo Dalla Dea

Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

Rafael Coninck Teigão

Elaboração e Revisão

Equipe da Assessoria de Governança de TIC do DTIC

Andreia Karla Dorce

Gustavo Malaquias de Paula

Pablo Tavares

Renan Rafael Marcon



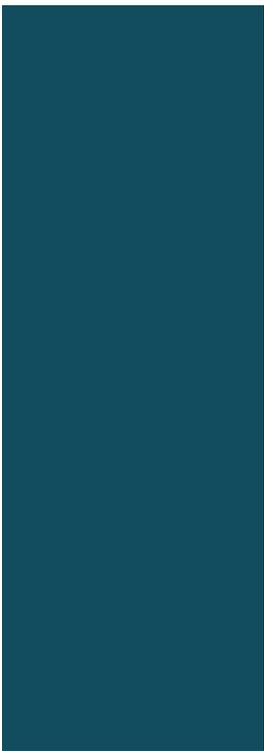
TJPR

Novembro/2022

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO	5
ESTRATÉGIA DTIC	7
MAPA ESTRATÉGICO DO DTIC-TJPR	8
INSTÂNCIAS DE APOIO AO DTIC	11
ESTRUTURA DTIC	13
ATUAÇÃO NO PARANÁ	14
DTIC EM NÚMEROS	16
COLABORADORES NO DTIC	19
INDICADORES ESTRATÉGICOS	21
CONTRATAÇÕES EM TIC	24
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	27
NORMATIVOS TIC	28
AUDITORIAS EM TIC	29
CAPACITAÇÕES EM TIC	29
ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS DE TIC	30
PRINCIPAIS DEMANDAS EM TIC	31
PROJETOS COM CNJ	33
INICIATIVAS COM OUTROS ÓRGÃOS	33
INOVAÇÃO	33
FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS	35
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	36
SEGURANÇA CIBERNÉTICA	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
AGRADECIMENTOS E APOIO	39



INTRODUÇÃO

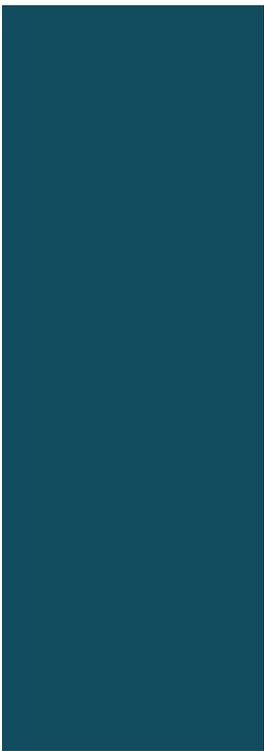


Este documento é um sumário executivo sobre o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que pretende evidenciar os assuntos mais relevantes do departamento para o período de 2021 e 2022. As ações estratégicas do DTIC são constantemente alinhadas a diversos documentos e diretrizes da administração, importante destacar o Planejamento Estratégico Institucional e o Plano de Gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (gestão 2021-2022), entre outros detalhadamente descritos no Plano Diretor de TIC vigente 2021-2022 SEI/TJPR 0108897-80.2022.8.16.6000.

Para o período sexênio 2021-2026, o mais expressivo direcionador para as ações estratégicas do DTIC é o normativo do Conselho Nacional da Justiça - Resolução nº 370/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD). Vale mencionar a harmonia com os macrodesafios do Poder Judiciário, em especial o que estabelece o “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e a Proteção de Dados”.

Objetivo principal da ENTIC-JUD é a promoção da governança ágil e da transformação digital do Poder Judiciário por meio de serviços e soluções digitais inovadoras que impulsionem a evolução tecnológica do Poder Judiciário.

Acesse as informações departamentais do DTIC na página <https://dtic.tjpr.jus.br/>



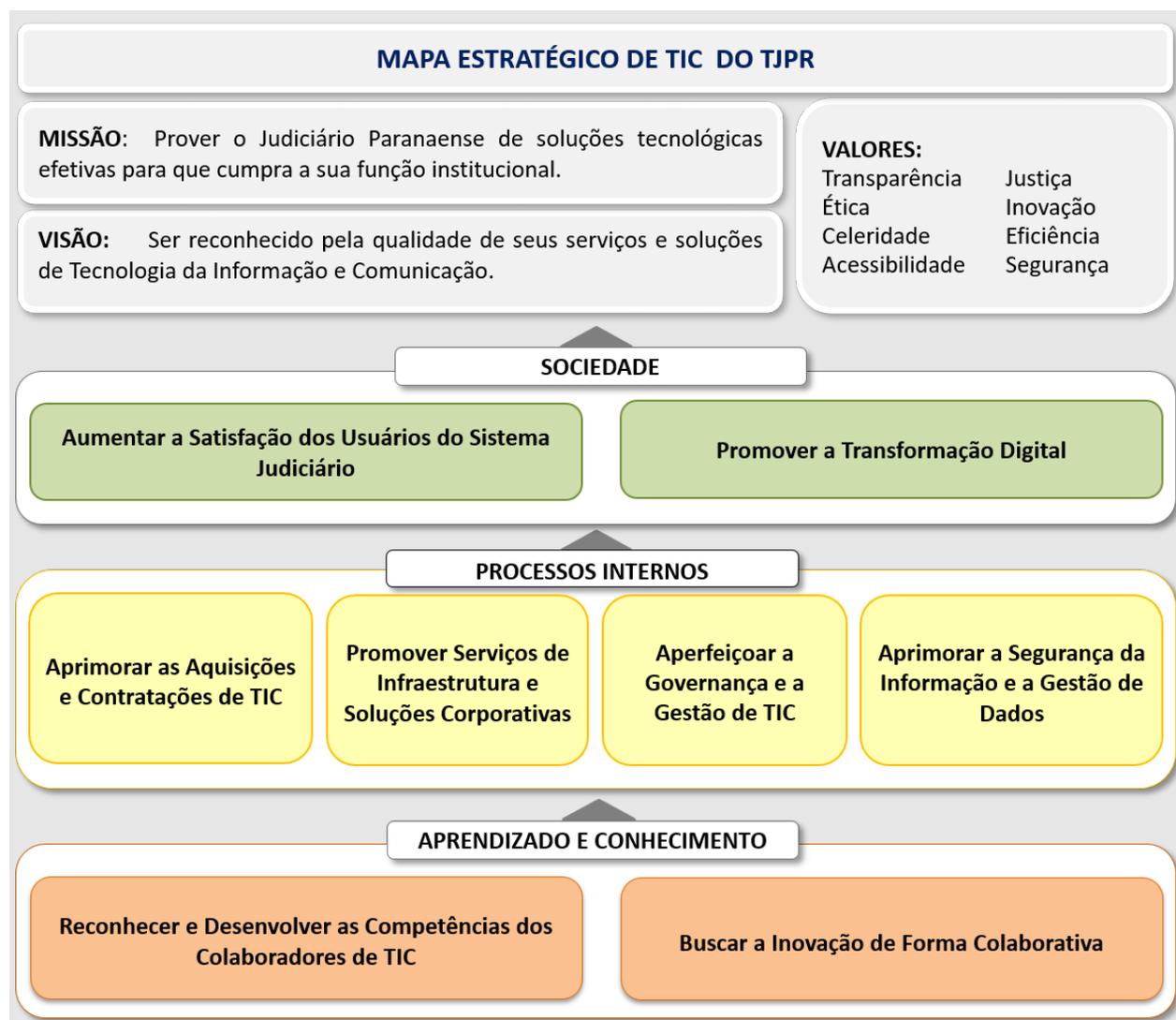
ESTRATÉGIA DTIC



1

MAPA ESTRATÉGICO DO DTIC-TJPR

A “missão” representa a razão da existência do departamento, já a “visão” é a situação futura desejada para a departamento em relação à Instituição.



Fonte: PDTIC 2021-2022 vs.2.1 (SEI/TJPR 0108897-80.2022.8.16.6000 doc. 8114304)

PERSPECTIVA: Sociedade

Objetivos Estratégicos TIC	Descrição
01 - Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário	Atuar na melhoria e no incremento da qualidade dos atendimentos e da experiência dos serviços ofertados aos usuários do Poder Judiciário, seja de forma presencial ou virtual.
02 - Promover Transformação Digital	Promover o aperfeiçoamento dos resultados utilizando as ferramentas tecnológicas disruptivas de transformação digital com o objetivo de otimizar os recursos humanos e aprimorar a eficácia na execução dos recursos financeiros, seguindo o princípio da economicidade processual e a satisfação dos usuários.

PERSPECTIVA: Processos Internos

Objetivos Estratégicos TIC	Descrição
03 - Aprimorar as Aquisições e Contratações	Aperfeiçoar a utilização de métodos, processos e ferramentas que proporcionem a melhoria nas aquisições e contratações de TIC, em busca de otimizar os recursos do Poder Judiciário.
04 - Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Aprimorar e incrementar todo aparato responsável por gerenciar os serviços de TIC do Poder Judiciário, principalmente nas iniciativas voltadas para Infraestrutura e Soluções Corporativas.
05 - Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	Consolidar os processos, regulamentações e leis no âmbito da administração do Poder Judiciário visando aprimorar a Governança, Gestão e cumprimento das metas e objetivos estabelecidos coletivamente.
06 - Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Melhorar os avanços voltados para a Segurança da Informação e dados pessoais frente aos mais diversos desafios, fazendo-se valer principalmente das vantagens oriundas da utilização de Inteligência Artificial e demais soluções disruptivas de TIC.

PERSPECTIVA: Aprendizado e Crescimento

Objetivos Estratégicos TIC	Descrição
07 - Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores	Melhorar o desempenho e o cumprimento de metas, considerando a importância em aperfeiçoar o reconhecimento dos profissionais da TI do Poder Judiciário por meio da Gestão de Competência Institucional.
08 - Buscar a Inovação de Forma Colaborativa	Potencializar a relação entre colaboração e inovação com vistas à evolução e expansão da maturidade de TIC Poder Judiciário de modo a oferecer a desburocratização dos serviços e agregar valor aos usuários.

Destaca-se o alinhamento entre 02 (dois) Objetivos Estratégicos Institucionais e os [ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU - Agenda 2030](#), e que resultam no impacto direto em 03 (três) indicadores nacionais relacionados a área de TIC:

09 – Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.

ODS (agenda 2030)	Indicador Nacional
<ul style="list-style-type: none">• ODS.16. Paz, Justiça e Instituições eficazes.• ODS.17. Parcerias e Meios de implementação.	<ul style="list-style-type: none">• Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Qualidade da Informação”.
+	

12. Fortalecimento de TIC e de proteção de dados.

ODS (agenda 2030)	Indicador Nacional
<ul style="list-style-type: none">• ODS.09. Indústria, Inovação e Infraestrutura.• ODS.16. Paz, Justiça e Instituições eficazes.• ODS.17. Parcerias e Meios de Implementação.	<ul style="list-style-type: none">• IGovTIC-JUD.• Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acerto Total.

INSTÂNCIAS DE APOIO AO DTIC

O Departamento possui alguns comitês que apoiam nas esferas estratégicas, táticas e operacionais. São eles:

Supervisão Geral de Informática e Comunicação - SGIC	
Des. Marcelo Gobbo Dalla Déa	Presidente da Comissão
Des. Luiz Taro Oyama	Membro da Comissão
Des. Luiz Henrique Miranda	Membro da Comissão
Dr. Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior	Membro da Comissão
Dr. Alexandre Gomes Gonçalves	Membro da Comissão
Dr. Anderson Ricardo Fogaça	Membro da Comissão
Dr. Antonio Sérgio Bernardinetti David Hernandes	Membro da Comissão

Portaria nº 3241/2019-DM, relacionada ao SEI/TJPR 0009929-59.2015.8.16.6000

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGOVTIC	
Des. Rogério Etzel	Presidente do Comitê
Des. Marcelo Gobbo Dalla Déa	Vice-Presidente do Comitê
Dr. Anderson Ricardo Fogaça	Juiz Auxiliar da Presidência
Dr.ª Ângela Maria Machado Costa	Juíza Auxiliar da 1ª Vice-Presidência
Dr.ª Luciana Varella Carrasco	Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência
Dr. Alexandre Gomes Gonçalves	Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça
Dr. Marcos Caires Luz	Representante da AMAPAR
Mariana da Costa Turra Brandão	Secretária do Tribunal de Justiça
Vinícius Rodrigues Lopes	Diretor do Departamento de Planejamento
Rafael Coninck Teigão	Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
Alessio Roman Junior Pablo Tavares	Servidores do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
Leonardo de Andrade Ferraz Fogaça	Assessor Jurídico-Administrativo da Presidência
Gerson Mikalixen Junior	Servidor da Corregedoria-Geral da Justiça

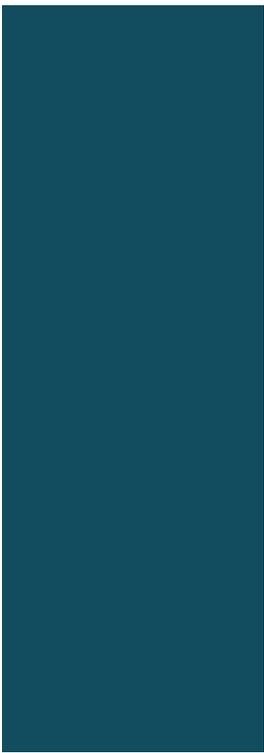
Portarias Nº 1048/2021, Nº 1527/2021, Nº 1786/2021, Nº 2116/2021, Nº 12320/2022, Nº 10850, Nº 13970/2022 - D.M, relacionadas ao SEI/TJPR 0013191-07.2021.8.16.6000

Comitê de Governança de Segurança de Informação - CGSI	
Des. Marcelo Gobbo Dalla Déa	Presidente do Comitê
Dr. Anderson Ricardo Fogaça	Juiz Auxiliar da Presidência
Dr. Alexandre Gomes Gonçalves	Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça
Mariana da Costa Turra Brandão	Secretária do Tribunal de Justiça
Rafael Coninck Teigão	Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGESTIC

Rafael Coninck Teigão	Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
Magno Mario Bayer Filho	Supervisor da Consultoria Jurídica
Johnatan Daniel Fromholz Lima	Supervisor da Assessoria Técnica
Pablo Tavares	Supervisor da Assessoria de Governança de TIC
Alessio Roman Junior	Coordenador da Coordenadoria de Gestão e Planejamento de TIC
Lauro Andrey De Souza Bueno	Chefe da Divisão de Segurança de TIC
Luís Fernando Parizotto Mormul	Chefe da Divisão de Gestão de Projetos e Processos de TIC
Paulo Alfredo Ribas Toledo	Chefe da Divisão de Gestão de Contratação de TIC
Carlos José Johann Kolb	Coordenador da Coordenadoria de Sistemas da Informação
Danilo Kovalechyn	Chefe da Divisão de Desenvolvimento
Fábio Da Luz Caiut	Chefe da Divisão de Administração de Dados
Zilei Carolina Da Silveira De Lara	Chefe da Divisão de Engenharia de Sistemas
Gustavo Raphael Stein	Coordenadoria de Infraestrutura e Operações de TIC
Alberto Heitor Molinari	Chefe da Divisão de Serviços Colaborativos
Jefferson Wanderley Jacob	Chefe da Divisão de Infraestrutura
Marco Antônio Gomes Bernardino	Chefe da Divisão de Sustentação
Luiz Fernando Moletta Alves	Coordenador da Coordenadoria de Qualidade e Relacionamento com o Usuário
Cideclei Machado	Chefe da Divisão Núcleos Regionais de Informática
Márcio Mortensen Wanderley	Chefe da Divisão de Qualidade
Paulo Henrique Waromby	Chefe da Divisão de Atendimento

Portaria Nº 11565/2022, relacionada no SEI/TJPR 0033045-60.2016.8.16.6000.



ESTRUTURA DTIC



ATUAÇÃO NO PARANÁ

O Poder Judiciário do Estado do Paraná, conforme o Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei Estadual nº 14.277/2003, divide-se em 144 Comarcas e 17 Foros Regionais com estrutura de Comarca, que totalizam 161 Unidades Jurisdicionais, as quais estão agrupadas em 60 Seções Judiciárias.

O Foro Judicial em 1º Grau de Jurisdição é composto pelos órgãos judiciários formados pelos Juízes e Juízas e Servidores e Servidoras que atuam nas 810 Unidades Judiciais (Varas Judiciais e Juizados) distribuídas nessas 161 Unidades Jurisdicionais (Comarcas e Foros Regionais com estruturas de Comarcas).

Enquanto que o 2º Grau de Jurisdição concentra, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, 120 Desembargadores responsáveis por processar e julgar os casos originário e em grau de recurso oriundos de instância inferior.

A sede do DTIC-TJPR localiza-se na Capital do Estado, juntamente com os demais departamentos da Secretaria deste Tribunal. Sua área de atuação física abrange todas as unidades judiciárias no Estado, e por isso mantém 10 unidades de atendimento distribuídas estrategicamente, chamados de Núcleos Regionais de Informática - NRI

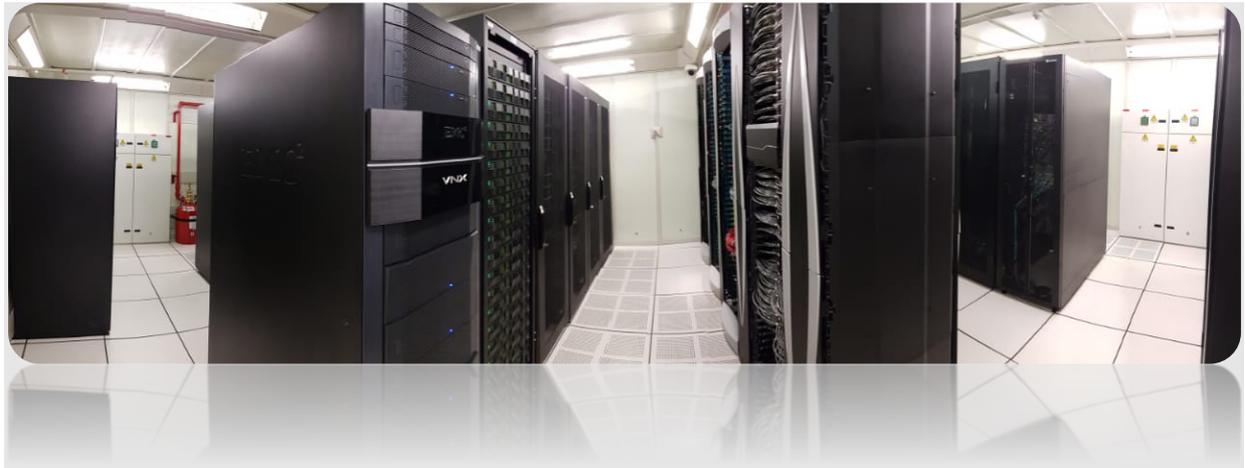


Na figura acima são destacados os 10 NRI's e o total de Comarcas atendidas.

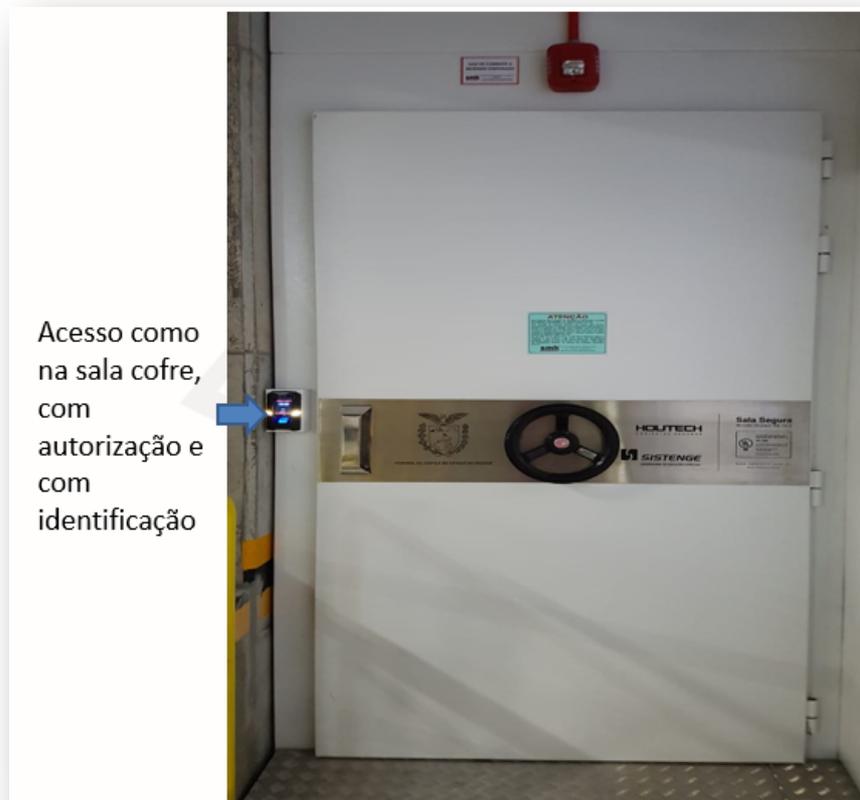
Além do atendimento físico o DTIC também possui uma Central de Atendimento Remoto com equipe dedicada para esclarecer dúvidas e solicitações de suporte relacionadas à informática para os todos usuários da rede corporativa do TJPR (Magistrados, servidores e estagiários). As solicitações podem ser realizadas através do endereço eletrônico do SIGA - <https://siga.tjpr.jus.br/>.

Também é prestado atendimento para usuários externos ao TJPR através do endereço eletrônico do SIGA: <https://externo.siga.tjpr.jus.br>.

DTIC EM NÚMEROS



A infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do TJPR, possui atualmente dezenas de milhares de equipamentos e serviços, os quais são denominados Ativos de TIC. No centro de processamento de todas as aplicações criadas ou utilizadas neste Tribunal, estão os equipamentos dispostos em **2 (dois) datacenters**.



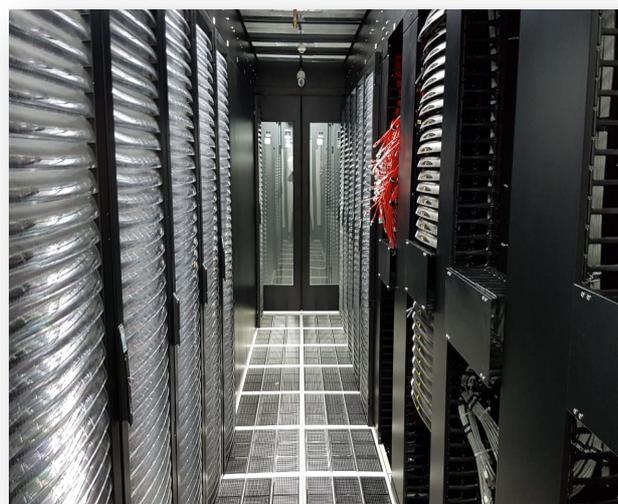


Nestes ambientes do Datacenter, estão:

- 4 equipamentos de armazenamento (storages) totalizando 3856 Terabytes;
- 83 servidores, totalizando 3520 núcleos de processamento com 59 Terabytes de memória;
- 60 Dispositivos de rede, os quais interligam os servidores, storages, equipamentos de armazenamento as unidades e internet;
- No total temos 212 unidades interconectadas;
- 2 link's de internet redundantes, atualmente com velocidade de 2 Gbps;
- Cada ambiente de datacenter possui gerador de energia, um banco de baterias (nobreak), equipamentos de ar-condicionado de precisão, bem como uma solução de monitoramento via sensores e câmeras.

Nas unidades (Fóruns e Comarcas), temos:

- Em torno de 1000 equipamentos de rede denominados switches, agregando a possibilidade de adicionar até 35000 dispositivos a rede;
- Aproximadamente 17377 computadores, notebooks ou tablets;
- 3000 telefones IP's;
- 7000 ramais instalados; e
- 90 link's de voz distribuídos nos principais centros do estado.



NÚMEROS COMPLEMENTARES:

Número de processos digitais 1º, 2º Grau e Turmas Recursais:	20.610.738
Total de Processos Ativos	3.079.670
Total de Advogados Ativos	258.130
Total de Partes com acesso ao sistema:	258.724
Total de Pessoas do TJPR (força de trabalho aproximada)	20.944
66	Total de Sistemas Desenvolvidos Internamente (ativos)
11	Total de Sistemas adquirido Externo

COLABORADORES NO DTIC

Em 1º de junho de 2022 foi publicado no diário oficial Paraná (edição 11.118) a Lei nº 21.081 que criou novos cargos ao DTIC e proporcionou a reestruturação departamental tão aguardada. Ela foi viabilizada e instituída na gestão do Desembargador José Laurindo de Souza Netto em 11 de agosto de 2022 com a publicação do Decreto Judiciário nº 412/2022.

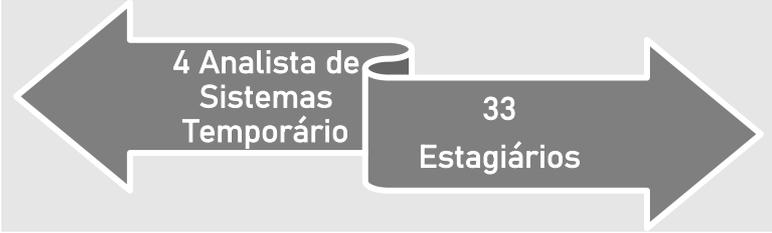
A nova estrutura organizacional do DTIC é moderna e incentiva a melhoria contínua nas áreas de governança, gestão, desenvolvimento de sistemas, infraestrutura de TIC, inovação, atendimento aos usuários e segurança cibernética, conforme resumidamente demonstrado na figura abaixo:

DTIC - TJPR	Diretoria	
	Consultoria Jurídica	
	Assessoria Técnica	
	Assessoria de Governança de TIC	
	Coordenadoria de Gestão e Planejamento de TIC	Divisão de Gestão de Projetos e Processos de TIC Divisão de Gestão a Contratação de TIC Divisão de Segurança de TIC
	Coordenadoria de Sistemas da Informação	Divisão de Administração de Dados Divisão de Engenharia de Sistemas Divisão de Desenvolvimento
	Coordenadoria de Infraestrutura e Operações de TIC	Divisão de Serviços Colaborativos Divisão de Infraestrutura Divisão de Sustentação
	Coordenadoria de Qualidade e Relacionamento com o Usuário	Divisão de Atendimento Divisão de Qualidade Divisão de Núcleos Regionais de Informática

Divisão de Núcleos Regionais de Informática

- 1. Núcleo da Capital, Região Metropolitana de Curitiba e Litoral
- 2. Núcleo Regional de Ponta Grossa
- 3. Núcleo Regional de Guarapuava
- 4. Núcleo Regional de Francisco Beltrão
- 5. Núcleo Regional de Foz do Iguaçu
- 6. Núcleo Regional de Cascavel
- 7. Núcleo Regional de Umuarama
- 8. Núcleo Regional de Maringá
- 9. Núcleo Regional de Londrina
- 10. Núcleo Regional de Jacarezinho

224 Servidores concursados

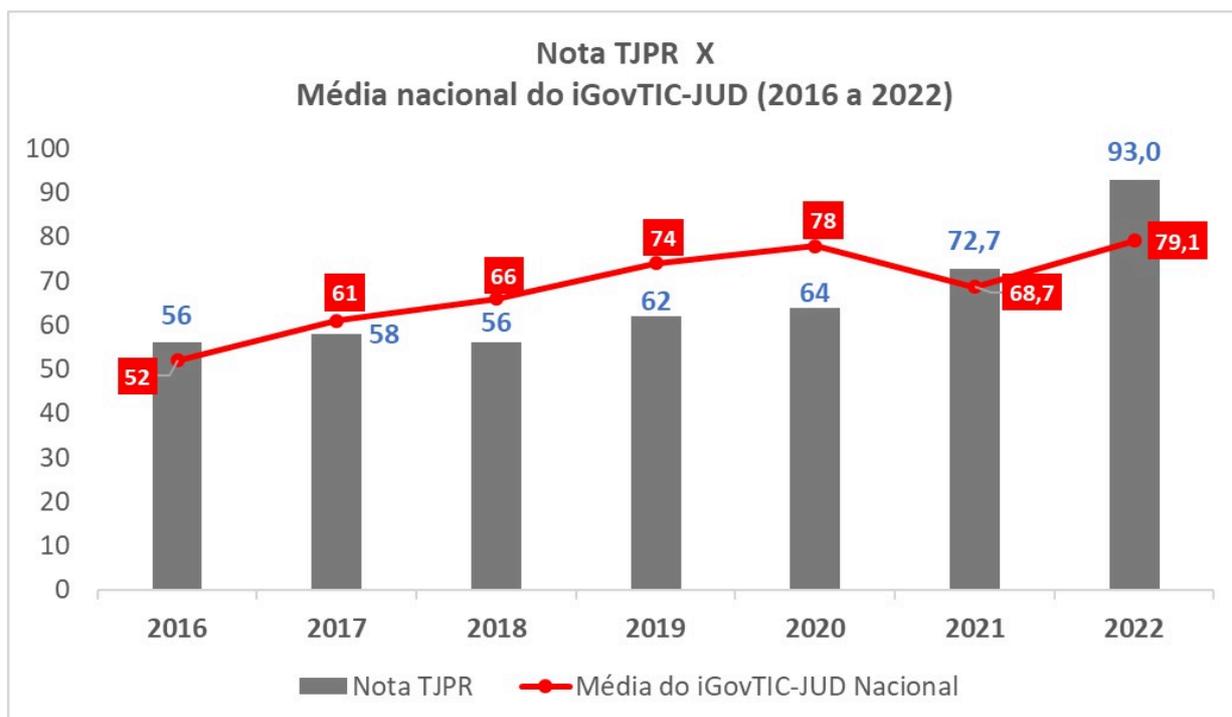
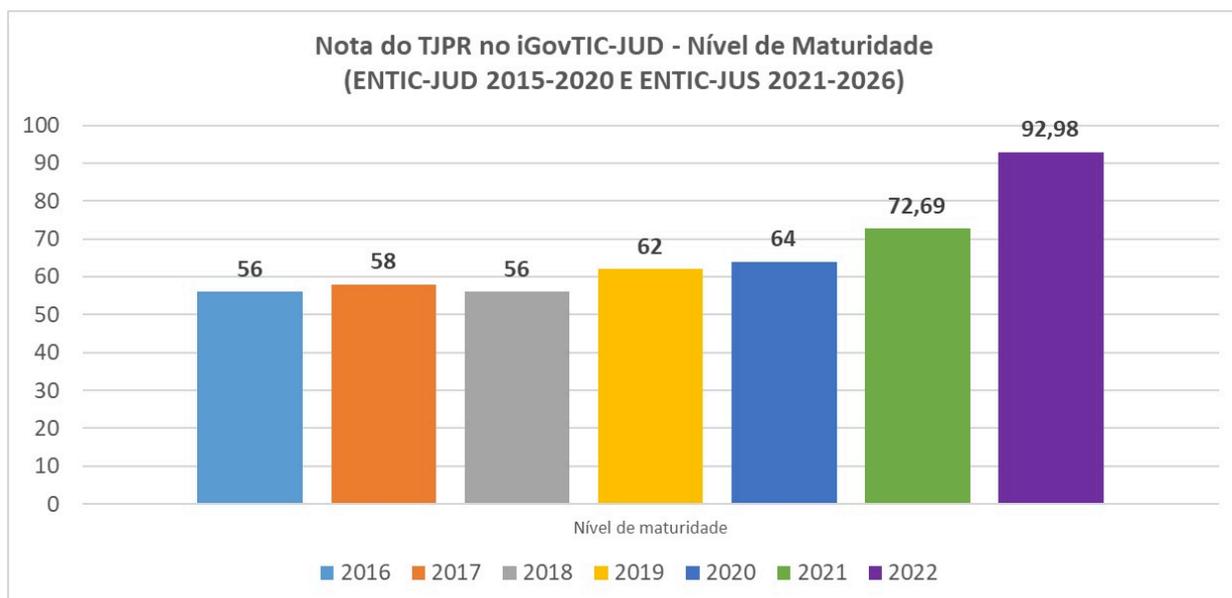


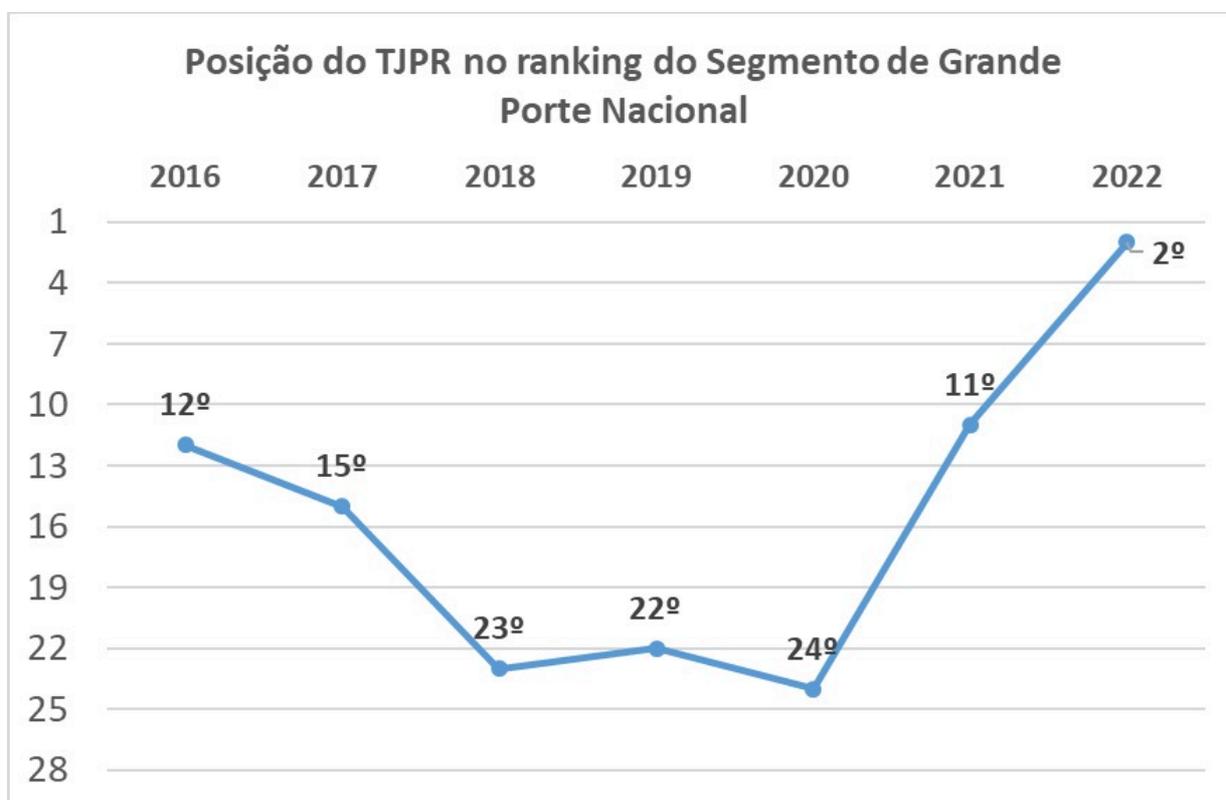
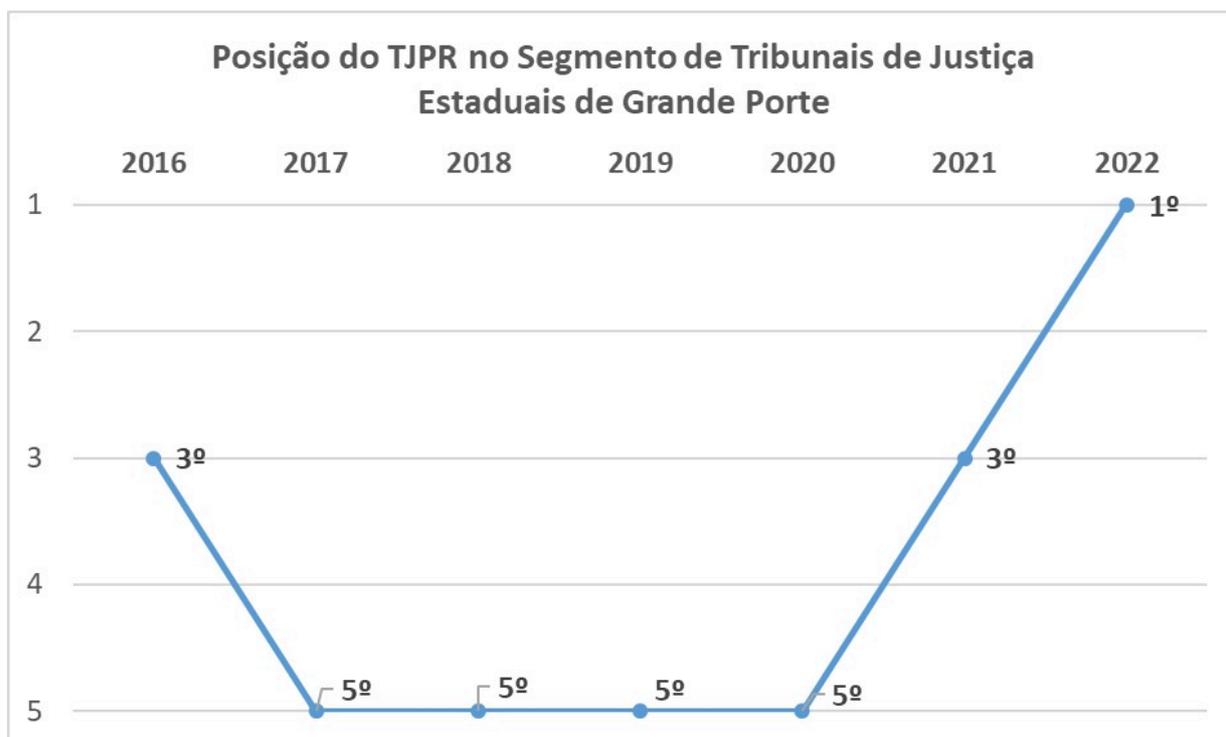
INDICADORES ESTRATÉGICOS

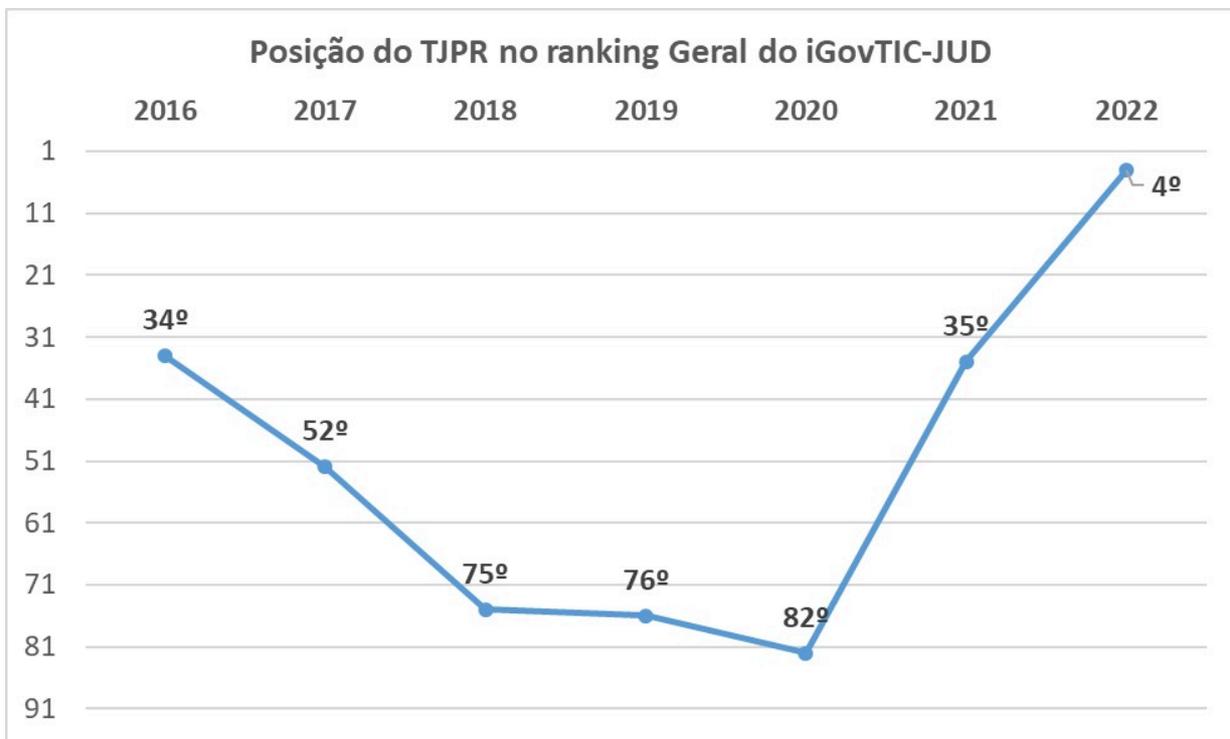
O iGovTIC-JUD é um índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação desenvolvido com o propósito de o CNJ identificar, avaliar e acompanhar a situação da Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário.

O DTIC é responsável por coletar e responder os questionários que envolvem Tecnologia da Informação e Comunicação no TJPR e o CNJ monitora o progresso da aderência à resolução citada, conforme as metas estabelecidas anualmente.

[Mais informações estão disponíveis no portal do CNJ.](#)





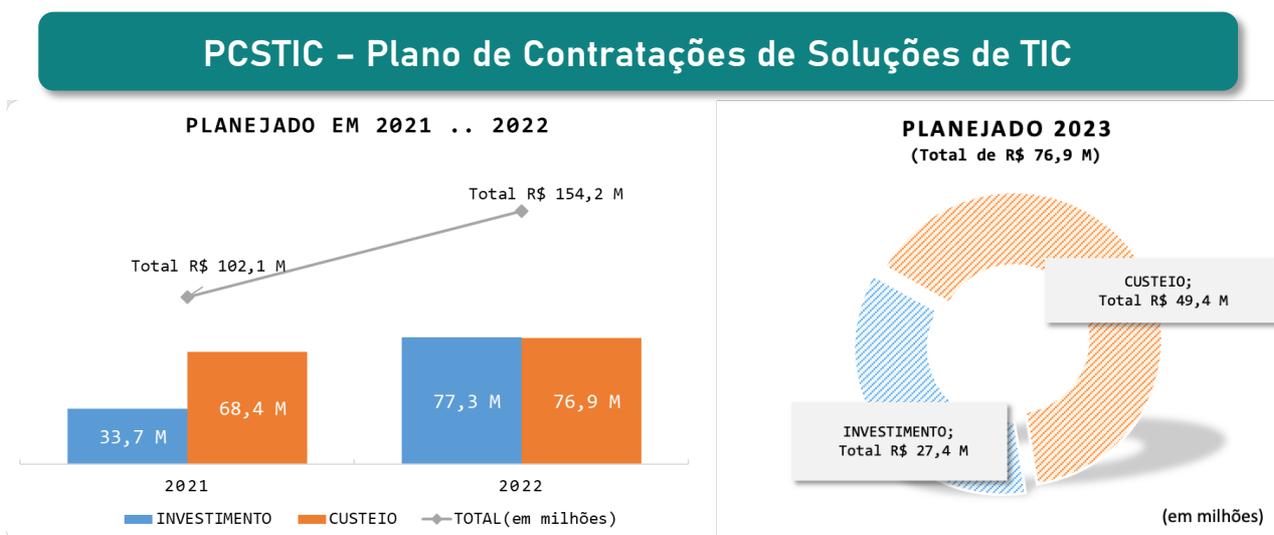


CONTRATAÇÕES EM TIC

O Plano de Contratações de Soluções de TIC – PCSTIC do representa um instrumento de governança em contratações públicas voltadas para tecnologia da informação e comunicação. É uma ferramenta de gestão que visa a assegurar o atendimento das necessidades prioritárias e essenciais deste Tribunal no desenvolvimento de sua missão institucional e na efetiva prestação dos serviços jurisdicionais à sociedade.

O documento contempla todas as intenções de compras e contratações a serem realizadas na instituição e os contratos vigentes para manutenção dos serviços prestados pelo DTIC. Sua versão inicia-se no ano anterior a sua execução, através da elaboração do Orçamento de TIC (concebida até o dia 30 de abril), após atualizações necessárias no decorrer do ano chega-se a sua versão final publicada até o dia 30 de Novembro. O documento complementa os procedimentos e trâmites exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça para as Resoluções nº 182/2013, nº 468/2022 e nº 347/2020.

Abaixo são demonstrados os valores previstos para Investimentos e Custeios em TIC no Tribunal:



O Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, através da Divisão de Gestão de Contratação de TIC, acompanha e gerencia atualmente 77 (setenta e sete) contratações de soluções de TI, envolvendo aquisição de equipamentos (desktops, notebooks, roteadores, switches, etc.), outsourcing de impressão, infraestrutura, links de internet, fibra escura, certificados digitais, softwares, etc.

Em 2021 a execução do planejado foi de 34%.

Em 2022 o valor será calculado ao concluir o exercício financeiro.

Para 2023 os itens mais expressivos são:

- Compra de computadores (previsão de R\$ 5 milhões);
- Compra de Solução Hiperconvergente (previsão de R\$ 6 milhões);
- Contratos vigentes (previsão de R\$ 8,5 milhões);
- Renovação Contrato Microsoft (previsão de R\$ 30 milhões).

Principais Contratações REALIZADAS pelo DTIC

► Subscrição da Plataforma Liferay DXP Cloud HA (High Availability - alta disponibilidade)

Contrato 166/2022, Licenciamento 0060335-74.2021.8.16.6000, Subscrição da Plataforma Liferay DXP Cloud HA (High Availability - alta disponibilidade), mantendo o licenciamento perpétuo da ferramenta Liferay DXP, com 20 pacotes Extra Storage - (100 GB) - Produtivo* - DXPCSESP para aumento da capacidade para 2TB (dois Terabytes), com suporte técnico e configuração, serviços adicionais para escalabilidade do ambiente para aumento de capacidade de armazenamento de mídias e poder de processamento e com serviços de consultoria especializados, em horas técnicas, sob demanda, conforme detalhamento de serviço técnico no Anexo B do Termo de Referência (Anexo I) - Serviços Liferay DXP Cloud, na plataforma para apoio, desenvolvimento e sustentação de sites e aplicações para o portal, pelo prazo de 48 meses.

► Licenciamento de software da solução de firewall de borda, expansão da solução de firewall para ambiente de data center

Contrato 175/2022, Licenciamento 0012762-06.2022.8.16.6000, Solução de TI consistente na renovação do licenciamento de software da solução de firewall de borda, expansão da solução de firewall para ambiente de data center e licenciamento das funcionalidades de segurança para ambiente de contêiner do tribunal de justiça do estado do Paraná, compreendendo suporte técnico e garantia pelo período de 48 meses, incluindo serviços de instalação, configuração e treinamento oficial do fabricante”.

► Aquisição de solução de processamento de dados, em arquitetura Blade

Contrato 115/2022, fornecimento 0102110-69.2021.8.16.6000, aquisição de solução de processamento de dados, em arquitetura blade, e seus softwares de gerenciamento, com garantia do hardware, software e com os serviços de treinamento, instalação, manutenção, reposição de peças e suporte técnico por um período mínimo de 60 (sessenta) meses.

► Aquisição de solução de armazenamento de dados

Contrato 117/2022, fornecimento 0028221-82.2021.8.16.6000, Aquisição de solução de armazenamento de dados, composta por 02 (dois) equipamentos com no mínimo 1,25 pb líquidos cada, em discos de alta performance, bem como serviços de instalação, configuração e migração de dados, com suporte, manutenção e garantia por 60 (sessenta) meses.

► Contratação de solução de TI com 02 roteadores bgp (border gateway protocol) e módulos de conexão

Contrato 58/2022, fornecimento 0028200-09.2021.8.16.6000, contratação de solução de TI consistente em aquisição de 02 (dois) roteadores bgp (border gateway protocol) e módulos de conexão, licenciados com garantia e suporte técnico de 60 (sessenta) meses, incluindo serviço de instalação, treinamento e configuração.

► Contratação de 02 links dedicados para acesso à internet com velocidade de 2 Gbps

Contrato 61/2022, prestação de serviço 0044570-29.2022.8.16.6000, contratação de 02 (dois) links dedicados para acesso à internet com velocidade de 2 Gbps cada e roteamento do protocolo bgp (border gateway protocol) e serviço anti-ddos (distributed denial of service) incluso para atender o sistema autônomo (autonomous system - AS) de internet do TJPR por meio de operadoras distintas, pelo prazo de 12 (doze) meses.

Principais Contratações REALIZADAS pelo DTIC

▶ Contratação de 02 links dedicados para acesso à internet com velocidade de 2 Gbps

Contrato 60/2022, prestação de serviço 0044568-59.2022.8.16.6000, contratação de 02 (dois) links dedicados para acesso à internet com velocidade de 2 gbps cada e roteamento do protocolo bgp (border gateway protocol) e serviço anti-ddos (distributed denial of service) incluso para atender o sistema autônomo (autonomous system - as) de internet do tjpr por meio de operadoras distintas, pelo prazo de 12 (doze) meses.

▶ Contratação de Licenças para software BI (Business Intelligence)

Contrato 13/2022, licenciamento 0028070-19.2021.8.16.6000, contratação de solução de ti consistente em licenciamento do Qlik Sense Enterprise Core, plataforma de business intelligence (bi) para descoberta, visualização e análise de dados, na modalidade "por núcleo de processamento" e ambiente de homologação, com instalação, configuração e direito a suporte e atualizações do software por 48 meses.

Principais Contratações EM ANDAMENTO no DTIC

▶ Licitação para contratação de produtos Microsoft e pacotes de segurança, a qual deve ser formalizada no ano de 2023, quando ocorrer o vencimento da atual contratação.

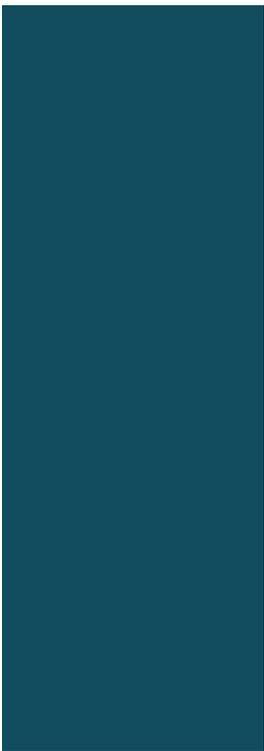
▶ Licenciamento de Plataforma Kubernetes Corporativa (Orquestrador Kubernetes), subscrição de suporte do fabricante/fornecedor, atualização de versão, serviços especializados do fabricante/fornecedor.

▶ Renovação da solução de backup, com suporte, garantia e subscrição por sessenta 60 meses.

▶ Aquisição de 5.000 Microcomputadores e 5.000 Notebooks para atualização parcial dos ativos de TI do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que possuem configuração técnica obsoleta e sem garantia técnica contratual, bem como serviços de entrega e instalação.

▶ Solução de SAN (Storage Area Network), com o fornecimento de 04 (quatro) Switches, cada um com no mínimo 96 (noventa e seis) portas ativas, licenciadas e 5 anos de manutenção, suporte e garantia, conforme especificações discriminadas na documentação que se seguirá, em consonância com a Resolução CNJ nº 182/2013.

▶ Aquisição de solução unificada de gestão de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação e aplicações web, compreendendo licenciamento de software, suporte técnico e garantia pelo período de 48 meses, incluindo serviços de instalação, configuração e treinamento.



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS



NORMATIVOS TIC

Destaca-se alguns documentos e normativos elaborados pelo DTIC-TJPR no período de 2021-2022.

PDTIC Plano Diretor de TIC	0108897-80.2022.8.16.6000 (2021 – 2022)
PCSTIC Plano de Contratações de Soluções de TIC	0114728-46.2021.8.16.6000 (2022) 0041763-36.2022.8.16.6000 (2023)
PCTIC Plano de Capacitação do DTIC	0016413-46.2022.8.16.6000 (2022) 0118346-33.2020.8.16.6000(2021)
PGR TIC Plano de Gestão de Riscos de TIC	0055468-04.2022.8.16.6000
PSU Pesquisa de Satisfação de Usuários de TIC	0126418-38.2022.8.16.6000 (2022) 0138001-54.2021.8.16.6000 (2021)
PTD-TJPR Plano de Transformação Digital do TJPR	0061263-88.2022.8.16.6000
PCSETIC Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC	0054728-46.2022.8.16.6000
PACSE Plano de Administração de Crise	0054728-46.2022.8.16.6000

► PSI - POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (2022)

Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação - PSI, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, e estabelece competências administrativas aos seus órgãos integrantes.

[\(link para o normativo\)](#)

► INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 63/2021

Estabelece normas para fornecimento, uso e recolhimento de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação disponibilizados aos usuários pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná. [\(link para o normativo\)](#)

► INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 123/2022

Dispõe sobre a Norma de Continuidade de Serviços Essenciais de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. [\(link para o normativo\)](#)

▶ DECRETO JUDICIÁRIO N° 432/2021

Altera o Decreto Judiciário nº 507/2019, o qual instituiu o Processo de Gestão Orçamentária de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

([link para o normativo](#))

▶ DECRETO JUDICIÁRIO N° 559/2022

Dispõe sobre os processos de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. ([link para o normativo](#))

AUDITORIAS EM TIC

TJPR - AUDITORIA INTERNA	56 Recomendações	<ul style="list-style-type: none">• 23 atendidas;• 24 em andamento;• 4 ainda não iniciadas;• 3 aguardando orientações externas ao DTIC;• 2 prejudicadas.
CNJ - INSPEÇÃO 2022	40 Recomendações	<ul style="list-style-type: none">• 1 atendida;• 37 em andamento;• 2 aguardando orientações externas ao DTIC.

CAPACITAÇÕES EM TIC

Plano de Capacitação do DTIC 2022 revisão 3 (SEITJPR doc. 8238467)	
▶ Treinamentos no Ambiente Virtual DEVMEDIA	Em andamento: previsto capacitar 215 colaboradores
▶ Treinamentos Solução Assyst (ITSM)	Concluído: 30 colaboradores
▶ Treinamentos QlikSense	Contratação em andamento com a EJUD TJPR
▶ Treinamentos Metodologia OKR	Concluído: 30 colaboradores
▶ Treinamentos em Acessibilidade Digital (eMAG)	Concluído: 210 colaboradores
▶ Treinamentos em Riscos de TIC	Concluído: 43 colaboradores

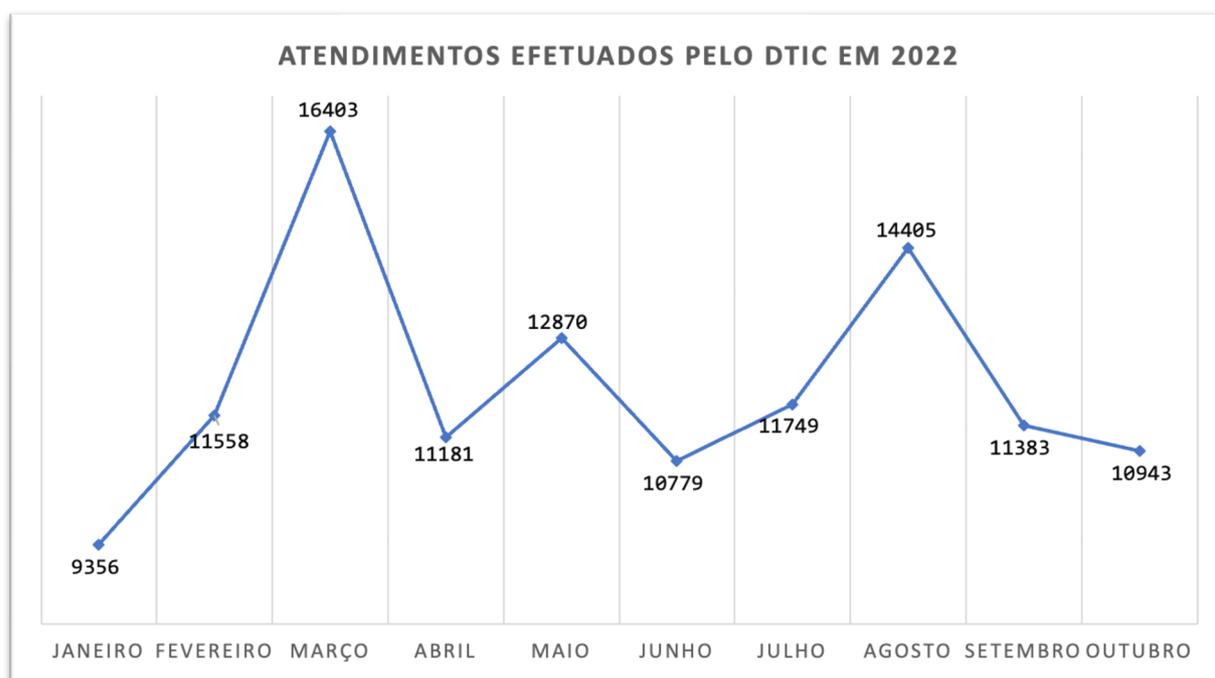
Até o momento, a média de horas de capacitação por servidor do DTIC está entre 39 e 50 horas, por trimestre.

O DTIC integra o Comitê Gestor de Proteção de Dados (institucional), prestando todos os esclarecimentos e contribuições técnicas que envolvem tecnologia. Também

contamos com o apoio da Consultoria GARTNER (padrão internacional). As capacitações relacionadas neste assunto serão apresentadas no expediente SEI/TJPR SEI 0025731-53.2022.8.16.6000.

ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS DE TIC

O DTIC presta suporte direto aos usuários internos, como Magistrados, Servidores e Estagiários, e também a usuários externos, como Advogados, Promotores, servidores de outros órgãos e demais jurisdicionados. Os atendimentos são recebidos pela plataforma SIGA e pelo canal telefônico, classificados, e efetuados por todo o departamento, seja de forma remota ou presencial. Em 2022, a média de atendimentos recebidos e processados pelo DTIC, até o momento está em 12.063, atingindo um pico de 16.403 no mês de março, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

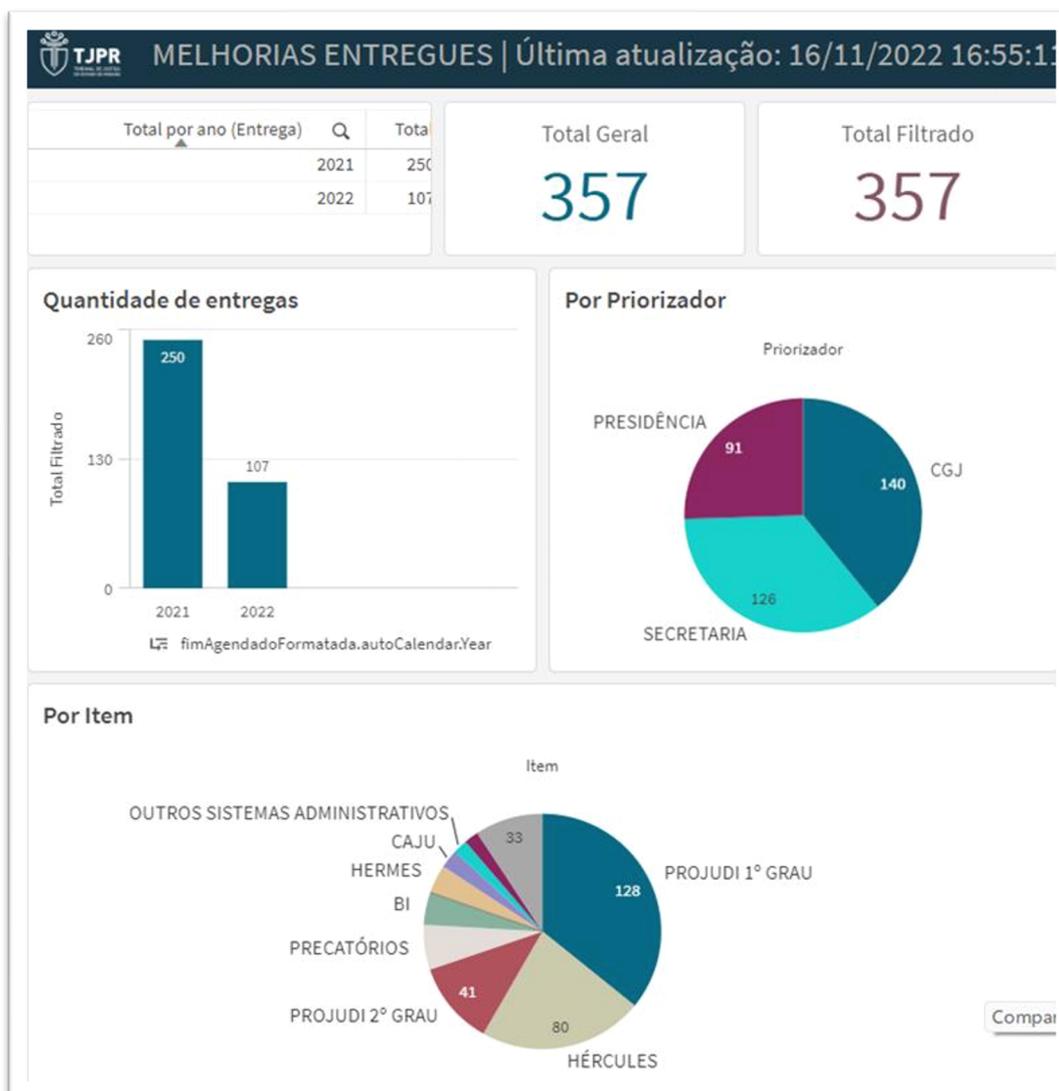


PRINCIPAIS DEMANDAS EM TIC

CONCLUÍDAS NO PERÍODO ENTRE 2021-2022

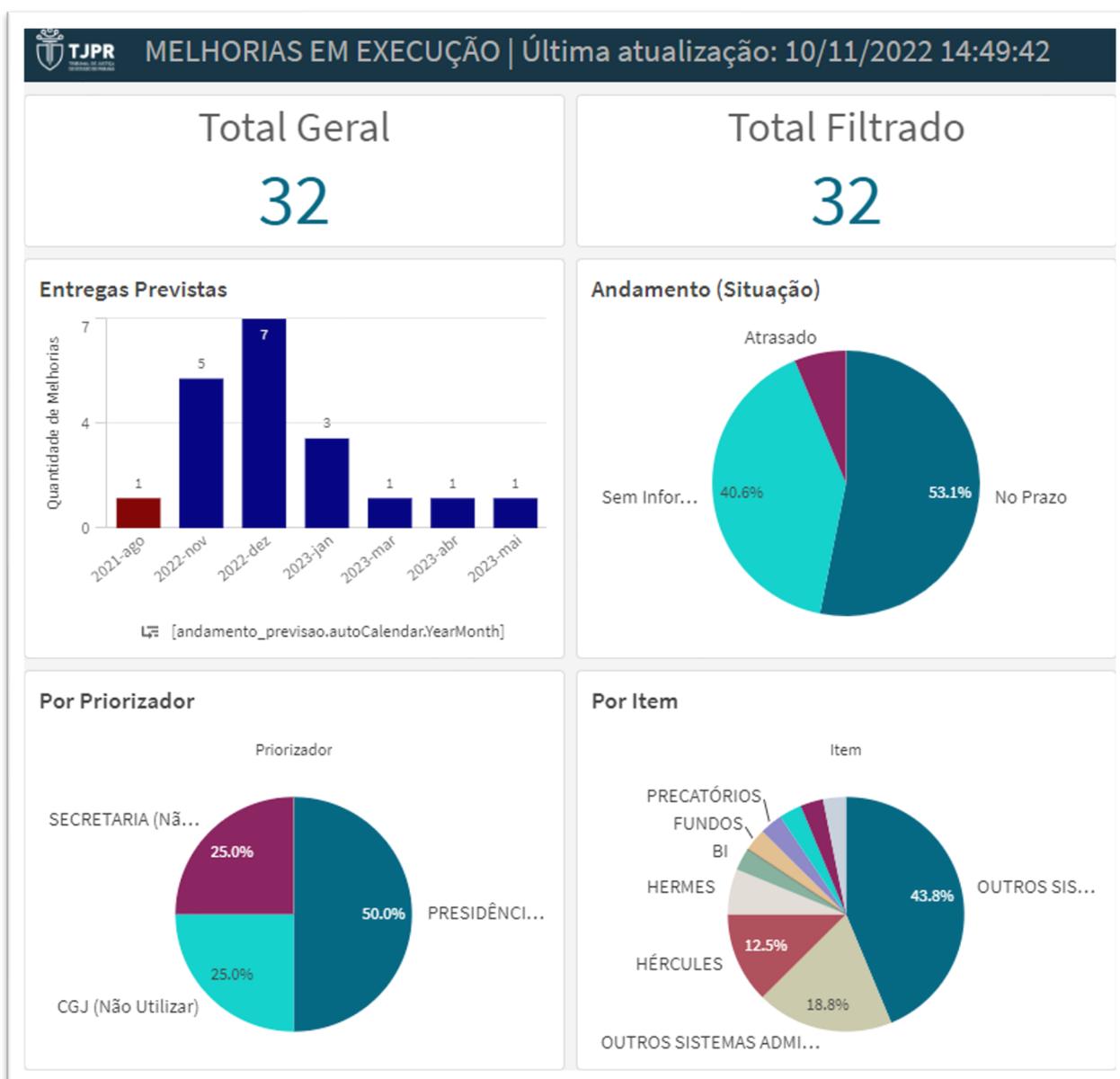
As atividades executadas pelo DTIC-TJPR podem ser originadas pelas solicitações registradas na central de atendimento (SIGA), demandas negociais prioritizadas e atividades estruturantes (aquelas necessárias para manutenção ou evolução da infraestrutura de TIC).

- ❖ Informação de Juiz Diretor de Fórum no Hércules;
- ❖ Inclusão das informações dos recebimentos dos Oficiais de Justiça no eSocial;
- ❖ Atualização tecnológica do sistema Projudi;
- ❖ Autenticação em dois fatores para acesso ao Projudi;
- ❖ Implantação do Codex;
- ❖ Alterações no Projudi para Envio de Dados ao BNPR;
- ❖ Integração à PDPJ-Br;
- ❖ Criação de Banco Estadual de Mediadores e Conciliadores Judiciais;
- ❖ Opção de Juízo 100% Digital no Cadastro do Processo;
- ❖ Núcleos de Justiça 4.0;



DEMANDAS EM ANDAMENTO

- ❖ Vinculação automática de guias do Uniformizado no Projudi;
- ❖ Integração do Projudi com a PDPJ - serviço de pessoas;
- ❖ Adaptação do Projudi para envio dos dados ao DATAJUD;
- ❖ Atendimento às determinações do TCE quanto a gestão de Depósitos - DEF;
- ❖ Evolução da plataforma de certidões eleitorais;
- ❖ IA para Apoio à Atividade Jurisdicional;
- ❖ Adequar a numeração para classificação dos recursos internos para que se adequem aos termos da Resolução N° 65/2008;
- ❖ Indenização de Licença Especial para Servidor;
- ❖ Atualização do sistema HERMES para o Layout SEI-CED 2023;
- ❖ Desenvolver recursos no Sistema Hércules para integrar ao eSocial



PROJETOS COM CNJ

- ❖ Desenvolvimento do sistema BNMPv3: Banco Nacional de Medidas Criminais;
- ❖ Evolução do sistema SEEU: Atualização da calculadora de penas, Colaboração na nova arquitetura de tecnologia e infraestrutura do sistema, suporte à equipe de sustentação;
- ❖ Módulos na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br): Colaboração na criação do Módulo de Legislação
- ❖ Homologação e integração com o sistema Domicílio Judicial Eletrônico;

INICIATIVAS COM OUTROS ÓRGÃOS

- ❖ Acordo de Cooperação com STJ - Incorporação de tecnologia de Inteligência Artificial – Athos;
- ❖ Disponibilização do sistema Projudi para outros Tribunais: CNJ(SEEU), Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e Tribunal de Justiça do Estado de Roraima;
- ❖ Comunicações criminais eletrônicas: Integração com SESP-PR, Polícia Civil e Polícia Militar para a comunicação de Inquéritos eletrônicos e Boletins de Ocorrência eletrônicos;
- ❖ Integração com Procuradorias Estadual, Federal, Municipais, para a autuação de Execuções Fiscais e manifestação em processos;
- ❖ Adesão aos Catálogos de Soluções de TIC (Google, Microsoft, VMware e Qlik) com o Ministério da Economia;

INOVAÇÃO

Robô Larry

Ferramenta de Inteligência Artificial e Automação do TJPR, o Robô Larry realiza buscas de processos semelhantes que estejam tramitando nas unidades judiciárias do Estado. A “Análise de Semelhança” propicia ao magistrado agrupar os processos e identificá-los por uma sigla ou nome e, com isso, sempre que houver um processo semelhante, o Larry informará a existência de uma nova demanda. Em dezembro de 2021, foram alcançados 6 milhões de documentos lidos.

Projeto de Inteligência Artificial e Automação (PIAA)

Em 2021, o robô PIAA, desenvolvido pelo DTIC, foi aperfeiçoado para integrar-se ao Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisba-Jud) e protocolar automaticamente ordens judiciais de bloqueio de bens. O novo sistema SisbaJud, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Banco Central, é voltado ao cumprimento de ordens judiciais e foi implantado em substituição ao BacenJud.

O robô PIAA executa e acompanha ordens judiciais de bloqueio de bens dentro do Projudi, além de realizar solicitações de pesquisa de endereços, tendo realizado mais de 88 mil buscas de endereços, agilizando o andamento dos serviços judiciais.

Larry Assessor-IAA

O primeiro módulo de inteligência artificial voltado aos recursos especiais e extraordinários, o Larry Assessor – IAA, foi lançado em 22/07/2022. O projeto visa atender demandas da 1ª Vice- Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). O mesmo utiliza um modelo treinado de reconhecimento de linguagem natural, técnica proveniente da área de inteligência artificial (IA), para reconhecer e apontar recursos semelhantes no momento em que um recurso estiver sendo analisado pela Assessoria da 1ª Vice-Presidência.

A ferramenta, desenvolvida pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) e pelo Ateliê de Inovação do TJPR, com contribuições da Assessoria de Recursos da 1ª Vice-Presidência, permite pesquisar por maior ou menor grau de similaridade e por palavras-chave. O armazenamento abrange petições interpostas aos Tribunais Superiores, acórdãos recorridos e decisões da própria 1ª Vice-Presidência. O robô Larry Assessor - IAA recebe automaticamente os dados do Projudi, mas, por enquanto, os dois sistemas funcionam de forma separada. O projeto ainda prevê outros dois módulos.

No ano passado, o TJPR estabeleceu um acordo de cooperação técnica com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), de compartilhamento de dados para o desenvolvimento e transferência de tecnologias de inteligência artificial voltados ao aprimoramento dos fluxos de processos judiciais. O conhecimento a respeito do modelo de IA Athos, do STJ, foi fundamental para o desenvolvimento do Larry Assessor – IAA.

**FORTALECIMENTO DA
ESTRATÉGIA NACIONAL
DE TIC E DE PROTEÇÃO
DE DADOS**



Trabalhando alinhado à Resolução N° 396 de 07/06/2021 do CNJ, a qual institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), e ao Objetivo Estratégico Institucional relacionado a TIC, o DTIC elaborou a Política de Segurança da Informação - PSI - estruturando um novo nível estratégico de Governança Institucional sobre o tema, levando-o mais próximo a Cúpula administrativa mas mantendo contato com a gestão e área técnica do DTIC, assim como a outras unidades que precisam estar envolvidas na Segurança da Informação.

Além do nível estratégico a PSI trouxe novas responsabilidades, como uma Unidade de Segurança da Informação, subordinada à alta administração do Tribunal que prestará apoio ao CGSI, e a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética - ETIR, ligada ao DTIC que será especializada em responder de forma rápida, efetiva e ordenada as notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança em redes de computadores deste Tribunal.

Também foram definidos 14 tópicos que devem ser priorizados no nível tático, referentes as normas complementares para Segurança da Informação, visando elevar a Segurança da Informação e Cibernética deste Tribunal.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Ações REALIZADAS

▶ Revisão da Política de Segurança da Informação (PSI) do Poder Judiciário do Paraná (Decreto Judiciário nº 560/2022 – P-GP);

▶ Criação do Comitê de Governança de Segurança de Informação - CGSI.

Ações EM ANDAMENTO

▶ Criação da Unidade de Segurança da Informação, que prestará auxílio ao CGSI;

▶ Nomeação e definição da forma de trabalho da ETIR;

▶ Elaboração da Norma de Segurança sobre Backup (cópia de segurança);

▶ Acompanhamento e auxílio na Implantação da LGPD.

SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Ações REALIZADAS

- ▶ Elaboração do Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC e seus normativos necessários;

Ações EM ANDAMENTO

- ▶ Acompanhamento e auxílio na implantação da Política de Educação e Cultura em Segurança Cibernética do Poder Judiciário;

- ▶ Contratação de novos recursos de tecnológicos como: Solução de Proteção a Acessos Administrativos; Microsegmentação da rede dentro do Datacenter; Proteção de dispositivos de ponta (computadores) e identidades; Expansão da solução de Antispam e Antiphishing.

- ▶ Licitação para contratação de produtos Microsoft e pacotes de segurança, a qual deve ser formalizada no ano de 2023, quando ocorrer o vencimento da atual contratação.

- ▶ Aquisição de solução unificada de gestão de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação e aplicações web, compreendendo licenciamento de software, suporte técnico e garantia pelo período de 48 meses, incluindo serviços de instalação, configuração e treinamento.

- ▶ Renovação da solução de backup, com suporte, garantia e subscrição por sessenta 60 meses.

- ▶ Teste e melhorias do Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



AGRADECIMENTOS E APOIO

Em 2021 e 2022 foram anos desafiadores para o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, especialmente ao DTIC que evoluiu de uma estrutura organizacional ultrapassada para um modelo moderno, com novos paradigmas e novas maneiras de aplicar a gestão e a governança.

Agradecemos aos colaboradores do DTIC que vestiram a camisa, se adaptaram rapidamente e continuaram entregando suas atividades com muitos méritos.

Agradecemos também todos aqueles que nos apoiaram nesta conquista e estão sempre nos ajudando diariamente em nossa evolução.

Destacamos um agradecimento especial aos membros da Cúpula da Gestão 2021-2022 e ao Presidente Desembargador José Laurindo de Souza Netto que foi essencial neste êxito.

O planejamento do DTIC para 2023-2024 buscará reforçar o alinhamento estratégico deste departamento com os objetivos institucionais para atender todos os anseios da nova cúpula diretiva e administrativa.



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ